

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº11 março de 2017

Mulheres nos BRICS

Indicadores nos países BRICS

Índices de Desigualdade de Gênero

Iniciativas BRICS

BRICS Women Parliamentarians' Forum e a Declaração de Goa

Conclusões

Um longo caminho à frente



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Introdução

Em sua 11ª edição o RADAR dedica-se à análise da situação das mulheres nos países BRICS e de algumas das principais iniciativas lançados pelo bloco com vistas a promover a igualdade de gênero.

O movimento em defesa aos direitos das mulheres tem ganhado maior notoriedade nos últimos anos nos meios de comunicação, no entanto, questões como a observação de desníveis salariais entre homens e mulheres, a manutenção de práticas e estruturas patriarcais e machistas, bem como o relato de assédios e violações são ainda recorrentes em todo o mundo. De acordo com o Banco Mundial, ao menos 35% das mulheres em todo mundo já sofreram algum tipo de violência física ou sexual, o que significa que uma entre três mulheres já foram vítimas de, ao menos, um episódio de violência em toda a sua vida.

Conforme destacado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano lançado em 2016 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a igualdade de gênero e empoderamento feminino não se constituem como questões secundárias, mas como uma dimensão essencial do debate sobre desenvolvimento. A importância do tema também encontra ressonância na Agenda 2030, que apresenta como um de seus [17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#), “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

No que diz respeito aos países BRICS, todos os membros ratificaram a [Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher \(1959\)](#), no entanto, diversas formas de violação ainda são notadas, o que reforça a necessidade de que o bloco configure-se efetivamente como foro de debate aberto à participação da sociedade civil e como canal eficaz para que as

demandas sociais como a luta pela igualdade de gênero possam desfrutar de mais espaço na agenda política do BRICS.

Indicadores nos países BRICS

Índice de Desigualdade de Gênero

Esta seção dedica-se a realizar um breve apanhado dos avanços e desafios apresentados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul na luta pela igualdade de gênero.

Brasil

Nos últimos anos, foram lançadas diversas iniciativas, tanto no nível federal quanto nos níveis estaduais e municipais, que visam reduzir essas desigualdades e garantir o empoderamento das mulheres brasileiras. Exemplos dessas iniciativas são a criação, a partir de 2003, de uma Secretaria de Políticas para Mulheres e de mais de 600 mecanismos estaduais e municipais cujo escopo volta-se à promoção da igualdade de gênero, além da realização de conferências nacionais periódicas, com vistas a possibilitar a abertura de um espaço de debate sobre as políticas nacionais para as mulheres.

Contudo, a despeito da relevância de tais medidas, as desigualdades de gênero ainda mostram-se relevantes no país. O tópico da violência doméstica tornou-se parte da legislação federal brasileira apenas em 2006, quando a lei Maria da Penha foi institucionalizada. A lei visa combater violações domésticas contra mulheres e garantir a punição efetiva de seus agressores. Contudo, apesar de sua relativa eficácia, o número de registros de violência contra a mulher e de feminicídios ainda se mostram extremamente altos.

A representatividade política feminina também se configura como um desafio significativo para o Brasil e tema de debate regular, em especial, pelo contexto do impeachment da presidente da República e ascensão da nova equipe que ocupa o poder Executivo, composto majoritariamente por homens.

Entre seus parceiros do BRICS, o país está em último lugar em termos de assentos ocupados por mulheres na esfera federal, a despeito da existência de uma lei eleitoral que exige que, ao menos 30% dos candidatos de cada partido sejam mulheres.

Na esfera educacional, a desigualdade de gênero não se mostra tão latente. Os índices de escolaridade das mulheres, inclusive, ultrapassam os dos homens em todas as faixas etárias, contudo, esse resultado não se reflete no mercado de trabalho. A renda média de uma mulher representa cerca de 62% da renda dos homens com o mesmo nível de escolaridade. A taxa de desemprego e de ocupações informais também é maior entre as mulheres. Essas também dedicam mais do que o dobro do tempo que os homens na realização das tarefas domésticas e chegam a chefiar um terço das famílias brasileiras.

Rússia

A violência contra a mulher configura-se como um dos maiores problemas de gênero na Rússia. Não existem estatísticas oficiais sobre essas agressões, contudo, estima-se que uma mulher seja morta a cada 40 minutos no país, vítima de violência doméstica. Os números são chocantes e a legislação voltada à proteção da mulher mostra-se cada vez mais enfraquecida. Em janeiro deste ano, o presidente Vladimir Putin sancionou uma lei que descriminaliza algumas formas de violência doméstica, reduzindo-as a infrações administrativas.

Apesar do cenário estarrecedor no que concerne às ocorrências de abuso contra mulheres, a Rússia configura-se como um dos líderes globais em termos de igualdade de gênero no mercado de trabalho. Tal paradoxo explica-se, em

parte, pelo fato de que, durante o período soviético, as mulheres russas adquiriram amplos direitos, pela alta taxa de divórcios e por uma ligeira vantagem em termos demográficos, já que as mulheres representam aproximadamente [55% da população](#). Como resultado, muitas mulheres russas ocupam altos cargos no país, contudo, problemas como baixa representação política, desigualdade salarial e casos frequentes de feminicídio ainda persistem.

Índia

Assim como seus demais parceiros do BRICS, a Índia também enfrenta grandes desafios no que concerne à igualdade de gênero. A manutenção de normas e costumes patriarcais resulta em efeitos significativos sobre a saúde, nutrição, situação financeira e educacional das mulheres indianas. Apesar da existência de leis regulatórias, o casamento de crianças e o pagamento de dotes ainda são práticas verificadas em algumas regiões. Muitas meninas indianas abandonam os estudos precocemente para se dedicar às tarefas domésticas e as mulheres correspondem a apenas 27% da força de trabalho do país.

A violência contra mulher também se configura como um problema latente. Crimes contra as mulheres são relatados a cada dois minutos no país, e chegaram a dobrar de 2005 a 2014, alcançando o espantoso número de [2.240.000 ocorrências](#). Esses crimes são definidos como violência direta ou indireta, física ou mental, contra as mulheres, sendo a maioria dessas ocorrências praticadas por maridos ou familiares das vítimas. Há, ainda, um grande número de crimes contra a mulher não reportados, tendo em vista o temor quanto ao estigma social e a própria recusa de agentes públicos em registrá-los, o que demonstra como a violência de gênero se encontra alicerçada na sociedade indiana.

China

A ampliação do acesso da mulher ao mercado de trabalho chinês cresceu exponencialmente nas últimas décadas. Em 2010, as mulheres já respondiam por cerca de 42% da força de trabalho chinesa, enquanto em 1949, o número chegava a, apenas, 7,5%.

Contudo, ainda notam-se desafios significativos na luta pela igualdade de gênero. Em áreas rurais, as oportunidades em termos de acesso à educação mostram-se bastante desiguais. Nessas localidades, ainda é possível verificar a preferência dos casais por filhos meninos. A Política do Filho Único, implementada entre 1979 e 1980 e que chegou ao fim em 2015, reforçou esse viés. Durante muitos anos, as filhas meninas foram vítimas de infanticídio e abandono, além de receberem tratamento desigual, o que resultou no crescimento exponencial da população masculina no país.

África do Sul

A África do Sul configura-se como o membro do BRICS que apresenta a maior taxa de representatividade política feminina. Entre 1994 e 2009, a representatividade das mulheres no Parlamento sul-africano subiu de 3% para 44%. Todavia, o cenário em relação à igualdade de gênero não se mostra tão favorável em outras esferas.

O próprio governo sul-africano reconhece a violência de gênero como um problema de saúde pública. Estima-se que até uma em cada três mulheres já tenham sofrido violências físicas ao menos uma vez ao longo da vida. As iniciativas de prevenção à violência sexual de gênero são vistas pelo Conselho de Medicina sul-africano como essenciais para reduzir a incidência de HIV entre mulheres.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres sul-africanas diz respeito à insuficiência do sistema judiciário em endereçar questões como a violência de

gênero. Estima-se que, das 67.000 queixas registradas entre 2014 e 2015, apenas 6% tenha resultado na condenação dos agressores. A violência doméstica atinge indiscriminadamente às mulheres, independentemente de considerações raciais e econômicas.

Figura 1: Indicadores de Gênero dos países BRICS

País	Rank IDH	Índice de Desigualdade de Gênero (GII)	Taxa de Mortalidade de Materna	Taxa Gravidez Precoce	Porcentagem de assentos no Parlamento	População com pelo menos educação secundária		Taxa de participação força de trabalho	
		Valor	(Mortes por 100,000 nascimentos)	(Nascimentos por 1000 mulheres 15-19 anos)	(% mulheres)	(% idade 25 anos ou mais velha)		(% idade 15 anos ou mais velha)	
						mulher	homem	mulher	homem
Brasil	79	0,414	44	67	10,8	59,1	55,2	56,3	78,5
China	90	0,164	27	7,3	23,6	69,8	79,4	63,6	77,9
Rússia	49	0,271	25	23,4	14,5	94,6	94,7	56,6	71,7
África do Sul	119	0,394	138	45,5	41,2	73,7	76,2	46,2	60,2
Índia	131	0,530	174	24,5	12,2	35,3	61,4	26,8	79,1
Mundo	-	0,443	216	44,7	22,5	60,3	69,2	49,6	76,2

Fonte: Gender Inequality Index 2015/ Elaboração própria

Iniciativas BRICS para mulheres

BRICS Women Parliamentarians' Forum e a Declaração de Goa

Apesar dos problemas enfrentados pelas mulheres nos países BRICS e da forte atuação e impacto de movimentos sociais feministas nos cinco países que compõem o bloco, as discussões sobre gênero no âmbito do grupo mostram-se, ainda, escassas. Na primeira e na quarta cúpula dos BRICS - que ocorreram, respectivamente, em 2009 e 2012 na Rússia e na Índia - não houve qualquer menção à questão de gênero. No [documento](#) que antecipa os temas prioritários

a serem debatidos na 9ª Cúpula dos BRICS, que será realizada em setembro deste ano na China, o tópico sobre gênero também se mostra ausente.

O primeiro fórum exclusivamente feminino foi inaugurado ano passado e se intitula Fórum Parlamentar de Mulheres dos BRICS, mais comumente conhecido por seu nome inglês: *BRICS Women Parliamentarians' Forum*.

Esse evento aconteceu em Jaipur, na Índia, em agosto de 2016, quando foi lançada a [Declaração de Jaipur](#) que, entre outros pontos, expressou a importância da incorporação das preocupações sobre gênero nos planos de desenvolvimento e nas legislações domésticas dos países BRICS. No mais, a Declaração de Jaipur também conferiu atenção à importância da participação das mulheres no processo de implementação e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e clamou pela promoção da igualdade, inclusão e sustentabilidade em todos os planos de desenvolvimento.

Além disso, durante a última Cúpula dos BRICS foi lançado a [Declaração de Goa](#) que, em dois pontos distintos, ressaltou o compromisso dos países BRICS com o ODS referente à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas. Os países BRICS enfatizaram também a importância de aperfeiçoar os meios de monitoramento para a implementação desses comprometimentos. O documento, que cita a Declaração de Jaipur, também enfatiza o compromisso de fortalecer as parcerias estratégicas parlamentares em todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável, promovendo igualdade de gênero e capacitação das mulheres.

Os BRICS também promoveram reuniões informais como o Primeiro Fórum de Mulheres dos Países BRICS, que aconteceu em 2014 em Fortaleza, Brasil, e teve como [objetivo](#) construir pontes e trocar informações e experiências entre organizações de mulheres feministas dos países BRICS e outros países em desenvolvimento, em especial latino-americanos.

Destaca-se, ainda, uma proposta russa de criar um programa dos BRICS para mulheres empreendedoras, discutida no Fórum Parlamentar de Mulheres dos BRICS ano passado. Durante a reunião, a [chefe da delegação russa](#) Galina Karelova afirmou que um rascunho do programa estava sendo desenvolvido e o plano era submeter ao Conselho da Federação em setembro de 2016.



Conclusões

Um longo caminho à frente

O fim de todas as formas de discriminação contra as mulheres configura-se como pauta dos mais diversos foros e mecanismos multilaterais. Os escassos espaços de deliberação promovidos pelos BRICS e a verificação de tímidas menções à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino em alguns de seus documentos oficiais e declarações revelam que o tema não se configura, de forma alguma, como uma esfera prioritária do bloco.

A atual situação das mulheres - não apenas nos países BRICS, mas em todo o mundo - demanda que esse seja um momento de politização e ampliação do debate político, mas que, acima de tudo, seja também um momento de ação. Dessa forma, o bloco enfrenta atualmente um duplo desafio: o de criar, não apenas um ambiente fértil para debates, mas que seja também capaz de converter a retórica e as proposições em iniciativas concretas, capazes de melhorar a qualidade de vida das mulheres desses cinco países.

Fontes

BRICS FEMINIST WATCH. CHACKO, Shubha. Following the Yellow BRICS Road. (12/04/2017)

FINANCIAL TIMES. Gender and income equality in the Russian workplace. (11/ 04/2017) <https://goo.gl/96ZBcF>

INDIA SPEND. Crimes Against Women Reported Every Two Minutes. (13/04/2017) <https://goo.gl/aWC7uw>

INSTITUTO EQUITY. Women in the BRICS: Inequalities, Contradictions and Challenges. (11/04/2017) <https://goo.gl/vBcs8b>

MAIL & GUARDIAN. South Africa falling short in gender equality standards. (14/04/2017) <https://goo.gl/Jl8kCo>

THE GUARDIAN. Putin approves legal change that decriminalizes some domestic violence. (13/04/2017) <https://goo.gl/NWfzmn>

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Gender Inequality Index (GII). (10/04/2017). <https://goo.gl/68Ckcl>

JERABEK, MARKETA; DEVIÁ, VERONICA. Desigualdade de gênero nos BRICS: Uma análise longitudinal. (10/04/2017) <https://goo.gl/8ddT8R>

FAIR OBSERVER. India's Fight Against Gender-Based Violence. (12/04/2017) <https://goo.gl/ZJEsDQ>

ONU MULHERES. Visão Geral. (11/04/2017) <https://goo.gl/sXzMrg>

UNFPA SOUTH AFRICA. Gender Inequality. (11/04/2017) <https://goo.gl/y9cn0i>

INDEX MUNDI. Russia Demographics Profile 2016. (12/04/2017) <https://goo.gl/U8tYCd>

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo 5. (12/04/2017) <https://goo.gl/bIYYuQ>

UN WOMEN. CSW61. (12/04/2017) <https://goo.gl/uKurik>

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

[Website](#)

[E-mail: plataforma socioambiental@bricspolicycenter.org](mailto:plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org)

Elaboração

Beatriz Mattos e Júlia Rosa

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Consultoria GIP

Alice Amorim

Iniciação Científica

Júlia Rosa

Realização



Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org